

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.562.033 - PR (2019/0244550-9)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : JOSE GUILLEN PICCININ
AGRAVANTE : MARIA CANDIDA PICCININ
ADVOGADOS : PAULO ROBERTO CAMPOS VAZ - PR014427
MURILO FERNANDES DA SILVA - PR054357
AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - PR030916

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por JOSÉ GUILLEN PICCININ e OUTRA contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial interposto pelos recorrentes, com base nos seguintes fundamentos: *i*) aplicação da Súmula 284/STF, devido a não indicação do dispositivo de lei vulnerado quanto à multa aplicada pela oposição de embargos de declaração protelatórios; *ii*) incidência da Súmula 282/STF, devido a ausência de prequestionamento dos arts. 51, X e XIII, e 54, §§ 1º, 2º, 3º e 4º, do CDC; *iii*) aplicação da Súmula 7/STJ, quanto à impossibilidade de afastamento da cobrança da comissão de permanência com outros encargos nos demais contratos; *iv*) aplicação da Súmula 7/STJ, quanto à impossibilidade de analisar a correção monetária (TBF e ANBID), em razão da ausência de indicação pelos recorrentes em quais contratos teriam sido cobradas; e *v*) aplicação da Súmula 283/STF, devido a ausência de impugnação do fundamento relativo à inversão do ônus da prova.

No entanto, da leitura do agravo em recurso especial, constata-se que os agravantes limitaram-se a infirmar os fundamentos relativos à aplicação das Súmulas 284/STF e 282/STF, deixando de tecer quaisquer considerações acerca da aplicação das Súmulas 7/STJ e 283/STF.

Desse modo, não havendo a impugnação específica de todos os fundamentos da decisão recorrida, aplicável se torna a Súmula 182 desta Corte.

Superior Tribunal de Justiça

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, considerando o trabalho adicional imposto ao advogado da parte agravada em virtude da interposição deste recurso, majoro os honorários para que os agravantes arquem com a integralidade dos honorários anteriormente fixados (e-STJ fl. 239).

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora